



Informativo da Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região

## AMATRA 8 comemora todas as suas teses aprovadas no XIX CONAMAT



**AMATRA 8  
lança livro em  
comemoração aos  
seus 40 anos de  
fundação**

página: 4

**Roda de  
Conversa e Spa  
Day marcam as  
comemorações  
do Dia da Mulher.**

página: 5

A Plenária do 19º Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (CONAMAT) aprovou 103 de um total de 111 teses encaminhadas pelas comissões. A 8ª Região Trabalhista, que participou do evento com quatro teses inscritas pela AMATRA 8 e uma individual inscrita por uma magistrada associada, teve 100% de aprovação. O evento bianual tem cunho deliberativo e vincula a atuação política da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), que reúne mais de 90% dos juízes trabalhistas em todo o Brasil.

Com uma delegação de 15 representantes, a AMATRA 8 comemorou o sucesso da sua participação no congresso que em seu último dia, 5 de maio, tomou uma importante decisão que marca a posição dos magistrados trabalhistas do país. "A Lei nº 13.467/2017, relativa à reforma trabalhista, não pode ser aplicada aos processos ajuizados antes de 11 de novembro de 2017. A reforma deve ser aplicada de acordo com a Constituição Federal, convenções e tratados internacionais. Os juízes do Trabalho, em suas decisões, não podem ser tolhidos na sua livre convicção motivada", rege a carta de Belo Horizonte que reafirma a necessidade de respeito à independência técnica da Magistratura

Os magistrados decidiram, por exemplo, que o regime de sucumbência em honorários advocatícios não pode ser aplicado aos processos ajuizados anteriormente à vigência da Lei; que os créditos trabalhistas não podem

ser atualizados pela TR (taxa referencial); que não está de acordo com a Constituição Federal exigir do reclamante, beneficiário da justiça gratuita, o pagamento de custas para ajuizamento de nova ação em caso de arquivamento da anterior; que o autor de ação, que esteja desempregado, tem direito à justiça gratuita, não importando o valor de seu último salário; que é inconstitucional que o crédito trabalhista seja utilizado para pagamento dos honorários dos advogados da reclamada; entre outras várias questões.

Na avaliação do presidente da Amatra 8, Pedro Tourinho Tupinambá, o evento foi um sucesso de crítica e de público. "A programação social e científica foi de extrema qualidade, abrindo janelas para o debate de temas que fortalecem os magistrados em suas prerrogativas e para a garantia da aplicabilidade do direito do trabalho em defesa do trabalhador", lembrou.

As teses da 8ª Região aprovadas no XIX CONAMAT são:

### CONDIÇÕES DE TRABALHO EQUITATIVAS DE JUÍZES SUBSTITUTOS E TITULARES

A ADMINISTRAÇÃO DOS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO DEVE PROPORCIONAR AOS JUÍZES DO TRABALHO SUBSTITUTOS, COM LOTAÇÃO FIXA EM VARA DO TRABALHO, CONDIÇÕES DE TRABALHO IDÊNTICAS AOS JUÍZES TITU-

LARES, INCLUINDO ESPAÇO FÍSICO DOS GABINETES E SALAS DE AUDIÊNCIAS, A INDICAÇÃO E VINCULAÇÃO DE SEUS PRÓPRIOS ASSISTENTES DIRETOS, DE SER O ÚNICO RESPONSÁVEL PELA ORIENTAÇÃO TÉCNICA DOS SEUS TRABALHOS E O QUANTITATIVO DE TRABALHO REALIZADO, DE FORMA QUE O TRABALHO SEJA DIVIDIDO DE MANEIRA OBJETIVA E EQUITATIVA ENTRE OS JUÍZES LOTADOS NA RESPECTIVA UNIDADE JURISDICIONAL.

Autor: SHIRLEY DA COSTA PINHEIRO

### INAMOVIBILIDADE DO JUIZ SUBSTITUTO FIXO

I - A GARANTIA DE INAMOVIBILIDADE PREVISTA NO ART. 95, II DA CF/88 É PREROGATIVA QUE SE ESTENDE AO JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO, DESIGNADO PARA ATUAR COMO JUIZ AUXILIAR EM VARA DO TRABALHO. A REMOÇÃO DO JUIZ AUXILIAR DE VARA DO TRABALHO, POR ATO UNILATERAL DA ADMINISTRAÇÃO, INCLUSIVE PARA ATUAR COMO JUIZ AUXILIAR COMPARTILHADO, SOMENTE PODE OCORRER: A) COM O CONSENTIMENTO DO MAGISTRADO; OU B) POR EXIGÊNCIA DO SERVIÇO PÚBLICO.

>> Continuação na página 03

## COLEGAS DA AMATRA 8,

É com grande satisfação que iniciamos o ano de 2018, em nossa segunda gestão à frente da Amatra8, em data histórica quando celebramos os 40 anos de nossa entidade.

Não poderíamos deixar passar em branco data de grande relevância para nosso movimento associativo, quando devemos homenagear a cada associado e associada, a cada diretoria e membros que integraram e integram essa renomada associação.

Assim, iniciando o ciclo de homenagens, no início de 2018 a Amatra8 lançou o livro: O MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO DAS REFORMAS, editada pela LTr.

Já começamos a desenvolver um vídeo contando a história de nossa associação, desde sua fundação aos dias atuais, repleta de entrevistas com diversos associados que tiveram a honra de Presidir nossa entidade.

Por ocasião do final do ano, pretendemos realizar em conjunto com a nossa Escola Associativa um evento científico em comemoração aos 40 anos da Amatra8 e os 30 anos da Constituição Brasileira, culminando com a nossa tradicional festa de confraternização de final de Ano, ocasião em que os nossos associados serão presenteados com o vídeo contando a história viva da Amatra8.

São inúmeros os desafios diários que a nossa associação enfrenta em busca da defesa de prerrogativas de nossos associados, de tratamento isonômico, de uma unidade remuneratória, de valorização da magistratura Trabalhista, na defesa dos direitos sociais e da Justiça do Trabalho, entre outras frentes.

Lutas árduas e difíceis, mas com sabedoria e apoio de todos os associados vamos lutando o bom combate na certeza que trilhamos o caminho para a vitória.

Ao completar 40 anos de história desejamos parabenizar e conchamar a todos para que continuemos firmes nos nossos propósitos associativos sempre em defesa da independência judicial, do respeito às nossas prerrogativas, do Estado Democrático de Direito, do Direito e da Justiça do Trabalho.

Saudações

Pedro Tourinho Tupinambá  
Presidente da Amatra 8

### EXPEDIENTE:

Presidente: PEDRO TOURINHO TUPINAMBÁ Vice-Presidente Administrativo: SAULO MARINHO MOTA Vice-Presidente Legislativo: NÚBIA SORAYA DA SILVA GUEDES Secretária-Geral: SILVANA BRAGA MATTOS Diretor Financeiro: DEODORO JOSÉ DE CARVALHO TAVARES Diretor Cultural: NEY STANY MORAIS MARANHÃO Diretora Social: MILENA ABREU SOARES Diretora para Juízes Fora de Sede: ODAÍSE CRISTINA PICAÇO BENJAMIM MARTINS Diretor para Juízes Substitutos: ALBENIZ MARTINS E SILVA SEGUNDO Diretor de Direitos Humanos e Cidadania: ELINAY ALMEIDA FERREIRA DE MELO Diretor de Imprensa: HERBERT TADEU PEREIRA DE MATOS Diretor para Juízes Aposentados: HAROLDO DA GAMA ALVES Diretor de Esportes e Qualidade de vida: LUCAS CILLI HORTA Diretor de Direitos e Prerrogativas: OTÁVIO BRUNO DA SILVA FERREIRA  
Conselho Fiscal: VICENTE JOSÉ MALHEIROS DA FONSECA, JACINTO FLÁVIO DE LACERDA MARÇAL, VANILSON FERREIRA HESKETH. Suplentes: MARLISE DE OLIVEIRA LARANJEIRA, SUZANA MARIA LIMA DE MORAES AFFONSO CARVALHO DOS SANTOS, RICARDO ANDRÉ MARANHÃO SANTIAGO.  
INFORMATIVO AMATRA 8. Edição 32 – jan-mai de 2018. Tiragem – 1.000. Jornalista Responsável: Renata Torres DRT-PA 1840 – Assessora de Comunicação. Reportagens: Renata Torres, Ascom TRT8 e Ascom Anamatra. Revisão: Herbert Tadeu Pereira de Matos e Pedro Tourinho Tupinambá. Fotos: Renata Torres, Ascom TRT8, Ascom Anamatra, Lico e arquivo. Colaboradores: Pedro Tourinho Tupinambá, Haroldo da Gama Alves e Herbert Tadeu Pereira de Matos. Projeto Gráfico: sSlx Comunicação.

## >> Enamatra

A Desembargadora Rosita Nassar, associada da AMATRA 8 foi escolhida pela Anamatra como membro representante da Região Norte do Conselho Acadêmico da Escola Nacional Associativa dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Enamatra). As indicações foram debatidas entre a Diretoria da Associação Nacional, considerando juízes com titulação acadêmica em áreas jurídicas ou afins (assim entendidas as livres-docências, os doutorados, os mestrados e as especializações) e/ou magistrados com larga experiência na docência.

## >> Pesar

Lamentamos o falecimento do associado, Desembargador aposentado do TRT 8, JOSÉ CLÁUDIO MONTEIRO DE BRITO, no dia 5 de janeiro de 2018. O magistrado, em sua carreira no TRT 8, foi Presidente da então 6ª JCJ, Desembargador do Tribunal e, por muitos anos, professor da UFPA. Era esposo da também magistrada aposentada Maria Luiza Nobre de Brito, pai de Luis Antônio Nobre de Brito, juiz do trabalho do TRT 8 e do Procurador do Trabalho aposentado, Professor José Cláudio Monteiro de Brito Filho.

## >> Pesar 2

Lamentamos também o falecimento do associado, juiz aposentado do TRT 8, ADAUTO CERQUEIRA SANTOS, no dia 31 de janeiro de 2018. O magistrado era esposo da também magistrada aposentada Iracilda Câmara Corrêa.

## >> Pesar 3

De igual modo, registramos com pesar o falecimento do associado, juiz aposentado do TRT 8 e membro do Conselho Fiscal da Amatra 8, Jacinto Flávio de Lacerda Marçal. Marçal, antes de ingressar na Magistratura Trabalhista, teve destacada trajetória como funcionário do Tribunal. A Amatra 8 está enlutada ante perdas de ilustres magistrados que dignificam a história da magistratura da Oitava Região.

## >> Trabalho Infantil

No dia 8 de fevereiro, o presidente da AMATRA 8, Pedro Tourinho Tupinambá esteve ao vivo no programa Brasil Urgente, da TV RBA, falando sobre o combate ao trabalho infantil, especialmente nos feriados do carnaval. O magistrado abordou os documentários lançados em 2017 pela Associação como ferramentas audiovisuais para conscientizar principalmente o público infanto-juvenil sobre os riscos do trabalho em idade inapropriada.

## >> Domésticas

Ao ensejo da celebração do Dia da Empregada Doméstica, 27 de abril, a Diretora de Direitos Humanos da AMATRA 8, Juíza do Trabalho Elinay Melo falou sobre os direitos dessas trabalhadoras brasileiras em matéria especial sobre o assunto no Jornal da TV Cultura, Canal 2.







I - INAMOVIBILIDADE DO JUIZ SUBSTITUTO NÃO SE SUJEITA À DISCRICIONARIEDADE DO JUIZ TITULAR. DESSA FORMA, NÃO É POSSÍVEL A REMOÇÃO DO JUIZ SUBSTITUTO A PEDIDO DO JUIZ TITULAR. A EXISTÊNCIA DE FORÇA DE TRABALHO É NECESSÁRIA PARA GARANTIR A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO, COM PREOCUPAÇÃO AO ATENDIMENTO DO JURISDICIONADO.

Autor: AMATRA 8

**PLANO PARA ENFRENTAMENTO, REDUÇÃO E ERRADICAÇÃO DO ADOECIMENTO DO MAGISTRADO TRABALHISTA: NECESSIDADE DE ESTUDOS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ORGANIZAÇÃO E TRABALHO DOS MAGISTRADOS VOLTADOS PARA GARANTIA DE SUA SAÚDE E DIGNIDADE.**

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DO JUIZ DO TRABALHO. NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. MECANISMOS DE ADEQUAÇÃO. SAÚDE FÍSICA E PSÍQUICA DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO. DIANTE DA INCIDÊNCIA CADA VEZ MAIOR DE ADOECIMENTO FÍSICO E PSÍQUICO DOS MAGISTRADOS TRABALHISTAS, RELACIONADO ÀS SUAS ATIVIDADES JUDICANTES E DECORRENTE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, A ANAMATRA, EM CONJUNTO COM AS ASSOCIAÇÕES REGIONAIS, ELABORARÁ ESTUDO E APRESENTARÁ PLANO OU AÇÃO VISANDO A SENSIBILIZAÇÃO DO CNJ, CSJT, TST E TRT'S, PARA QUE IMPLEMENTEM MEDIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO PARA ENFRENTAMENTO, REDUÇÃO E ERRADICAÇÃO DO ADOECIMENTO DOS MAGISTRADOS DO TRABALHO.

Autor: AMATRA 8

**DIVULGAÇÃO DAS DESPESAS DOS TRIBUNAIS DE FORMA CLARA, TRANSPARENTE, OBJETIVA**

**E EM FERRAMENTA DE FÁCIL UTILIZAÇÃO COMO PRESSUPOSTO PARA O EFETIVO FUNCIONAMENTO DO COMITÊ DE PRIORIZAÇÃO DE PRIMEIRO GRAU.**

TRANSPARÊNCIA E EFICIÊNCIA. VETORES CONSTITUCIONAIS. NECESSIDADE DE CONHECIMENTO DE DADOS PARA FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS E COLABORAÇÃO PARA O INTEGRAL CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO Nº. 219 DO CNJ. DIVULGAÇÃO DO QUANTITATIVO DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES COMISSIONADAS NO 1º E 2º GRAU DE JURISDIÇÃO E RESPECTIVOS VALORES EM FERRAMENTA DE FÁCIL UTILIZAÇÃO, SOB PENA DE FICAR PREJUDICADA A ATUAÇÃO DO COMITÊ DE PRIORIZAÇÃO DO 1º GRAU E A COLABORAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES E DOS PRÓPRIOS INTEGRANTES DO JUDICIÁRIO. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA EFICIÊNCIA, TRANSPARÊNCIA E MORALIDADE. NECESSIDADE DE ACESSO À INFORMAÇÃO PARA APURAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O ART. 11, 12, §1º, ART. 14 E ART. 15 DA RES. 219 DO CNJ. IMPLEMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO POR TODOS OS TRIBUNAIS DA TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL, COM INFORMAÇÃO DAS DESPESAS TOTAIS.

Autor: AMATRA 8

**GOVERNANÇA PARTICIPATIVA: NECESSIDADE DE DISCUSSÃO PRÉVIA, IGUALITÁRIA E DEMOCRÁTICA PARA ESTABELECIMENTO DE METAS.**

GOVERNANÇA PARTICIPATIVA. DISCUSSÃO PRÉVIA E DEMOCRÁTICA DAS METAS PELO CORPO ORGANIZACIONAL DE MAGISTRADOS E SERVIDORES. PARA IMPRIMIR CARÁTER MAIS DEMOCRÁTICO

À FIXAÇÃO DAS METAS DE PRODUTIVIDADE DEVE SER OBSERVADO: 1) ADOÇÃO DA GOVERNANÇA PARTICIPATIVA PELO CNJ E CSJT, QUE DEVEM OUVIR PREVIAMENTE, DE FORMA DEMOCRÁTICA, OS TRT'S E TODO SEU CORPO ORGANIZACIONAL (MAGISTRADOS DO TRABALHO E SERVIDORES); 2) CADA TRT DEVERÁ CRIAR COMISSÕES PERMANENTES, COM REPRESENTAÇÃO DEMOCRÁTICA DE MAGISTRADOS DO TRABALHO E SERVIDORES, PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS PRÉVIAS PARA AS METAS DE PRODUTIVIDADE, MEDIANTE FÓRUMS OU OUTRAS FORMAS QUE GARANTAM A AMPLA PARTICIPAÇÃO DE SEU CORPO ORGANIZACIONAL; 3) OS ENCONTROS ANUAIS DO PODER JUDICIÁRIO DEVERÃO PERMITIR A PARTICIPAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA DE MAGISTRADOS.

Autor: AMATRA 8

Pré-CONAMAT

A edição 2018 do encontro Pré-Conamat realizado no dia 27 de março no auditório do TRT 8 aprovou as quatro teses encaminhadas para o XIX CONAMAT. O encontro fez parte do ciclo de estudos da Escola Judicial do TRT 8 que teve como temática os desafios da Justiça do Trabalho na pós-modernidade. Os trabalhos de discussão e votação das teses foram dirigidos pelo Presidente da Amatra8, Pedro Tourinho Tupinambá e pelo vice-diretor da Escola Associativa Deodoro Travares.

Conforme Regulamento do Pré-Conamat 2018, em virtude da aprovação das teses apresentadas, os associados Elinay Almeida Ferreira de Melo e Otávio Bruno da Silva Ferreira foram contemplados com o reembolso do valor de inscrição para o Congresso Nacional.

## Livro Comemora 40 anos da AMATRA 8

A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Oitava Região (AMATRA 8) lançou no dia 19 de janeiro, no espaço cultural do TRT8, o livro "O Mundo do Trabalho no Contexto das Reformas – Análise Crítica", uma obra coletiva em homenagem aos 40 anos da Associação.

O evento contou com a presença do desembargador do TRT 8 Georgenor de Sousa Franco Filho e do procurador do trabalho aposentado da 8ª Região, José Cláudio Monteiro de Brito Filho, dois dos 30 colaboradores da obra, que participaram, ao lado do atual presidente da AMATRA 8, juiz Pedro Tourinho Tupinambá, da mesa redonda sobre a temática.

O presidente, que é um dos coordenadores do livro comentou a importância da obra em um momento em que se discute o Direito do Trabalho e se comemora dos 40 anos de fundação da Associação. "A AMATRA 8 iniciou as comemorações pelos seus 40 anos de existência com uma obra coletiva na qual se analisa criticamente a recente Reforma Trabalhista, procurando contribuir para a garantia do Direito e da Justiça Social".

O juiz Ney Maranhão, que é diretor da AMATRA 8 e também um dos coordenadores da obra, cita a coletânea como "mais um importante esforço científico-acadêmico da combativa Associação no anseio por um mundo mais justo e civilizado".

O livro de 326 páginas, publicado pela editora LTr, foi distribuído gratuitamente aos associados da AMATRA 8 e está disponível para compra no site da editora e na secretaria da Associação.



## Em Defesa das Prerrogativas

A AMATRA 8 obteve êxito em mais um procedimento aberto contra magistrados trabalhistas. Foi decidido, na sessão do Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região do dia 8 de março de 2018, o arquivamento do processo administrativo disciplinar aberto pela Associação dos Advogados Trabalhistas do Pará - ATEP Subseção Parauapebas, contra um magistrado associado.

O colegiado de desembargadores do TRT 8 entendeu que não foi comprovada a prática de violações funcionais aptas a engendrar a aplicação de qualquer medida punitiva ao Magistrado processado. A decisão foi publicada no diário oficial do dia 9 de março de 2018.

A AMATRA 8 tem a finalidade de defender perante o Poder Público ou entes

privados, as prerrogativas, direitos e interesses da magistratura e de seus associados, individualmente ou em grupo, lutando pela independência, dignidade e prestígio do Poder Judiciário. O Presidente Pedro Tourinho Tupinambá declarou que a Associação continuará firme na defesa das prerrogativas de seus associados.

## Mais uma vitória quanto ao Pagamento de GECJ

A AMATRA 8 conseguiu mais uma decisão favorável ao pagamento da GECJ para os magistrados que atuaram em conjunto em Varas Trabalhistas da 8ª Região, a acumular mais de 3 mil processos novos por ano.

Logo após a decisão do CSJT, em que reconheceu ser devido o pagamento de GECJ para os magistrados que se encontrassem nessa condição, a AMATRA 8 requereu ao TRT 8 o pagamento respectivo a todos, inclusive o retroativo desde 2015.

O requerimento gerou o PROAD nº 334/2018 que já contém decisão favorável ao pedido da Associação por parte do corregedor regional, o Desembargador Walter Roberto Paro.

## EXECUÇÕES DA URV 8ª Região

As execuções da URV de associados da Amatra 8, a princípio, continuam sobrestadas por decisão do Juiz da Execução que determinou ficassem suspensas até trânsito em julgado de Ação Rescisória. A ação rescisória ajuizada pela União fora julgada improcedente, porém houve recurso que se encontra pendente de julgamento.

O processo da Amatra 8 foi dividido em

diversas execuções por grupo de associados, cada um recebendo uma numeração própria para facilitar a execução. Todas ficaram suspensas, porém um desses processos acabou seguindo mesmo contra o despacho do Juiz, tendo havido embargos e até recurso que ora está pendente de julgamento.

A 15ª Vara Federal da seção Judiciária de Brasília, onde tramitavam os processos, foi transformada em vara exclusivamente criminal o que fez com que todos os processos fos-

sem transferidos para outras varas, sendo que os nossos processos da URV foram encaminhados para a 8ª Vara Federal de Brasília, onde agora se encontram.

Esses processos estão na fase de recebimento e conhecimento por parte do juízo da 8ª Vara, O Advogado da Anamatra que acompanha o processo informou que vai peticionar ao juízo solicitando os andamentos respectivos, ocasião em que deverá apresentar cálculos atualizados.

## Associado da AMATRA 8 recebe prêmio Frei Henri de Direitos Humanos

O Juiz do Trabalho associado da AMATRA 8, Jônatas dos Santos Andrade, foi homenageado na I Edição do Prêmio Frei Henri de Direitos Humanos, no dia 13 de abril, em Xinguaçu/PA. Organizado pela Subseção da OAB-PA no Município, por meio da sua Comissão de Direitos Humanos, o evento contou com a presença de cerca de 300 pessoas de várias localidades da Região, do Brasil e até de outros países.

Além do magistrado, foram premiados, a Ouvidora do Conselho de Segurança do Estado do Pará, Anna Cláudia Lins e o fundador

do Movimento Humanos Direitos (MHuD) e professor da UFRJ, Padre Ricardo Rezende. O evento coincidiu com a cerimônia de colocação das cinzas de Frei Henri no Assentamento que leva o seu nome. Esta foi uma das muitas homenagens feitas àquele que muito lutou pelos direitos dos mais vulneráveis, especialmente os do interior do Estado do Pará. Depoimentos de representantes de movimentos sociais, da Ordem Dominicana, estudantes, atores e familiares foram apresentadas em telão.





# Em parceria com a OAB-PA, AMATRA 8 realiza curso que debate a reforma trabalhista



Aproveitando o mês de férias dos advogados trabalhistas, a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região – AMATRA 8, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará realizou o curso “A Reforma Trabalhista sob uma análise crítica”, de 15 a 19 de janeiro, no auditório do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Voltado para associados da Amatra 8, advogados (as), servidores e estudantes de Direito, o curso teve carga horária de 25 horas/aula. Em seu pronunciamento na abertura do

evento, o Vice-Presidente da OAB/PA, Jader Kahwage, classificou o curso como uma excelente oportunidade. “Chegou a hora de discutir a reforma trabalhista na prática”, pontuou. Para Kahwage, este ano será marcado pelo confronto de ideias “entre aqueles que acreditam na manutenção da Justiça do Trabalho, o seu papel como instrumento de dirimir conflitos, no papel do Direito do Trabalho e na manutenção dos seus princípios, contra aqueles que apostam na barbárie, retirada de direitos, limitação do acesso

do trabalhador ao judiciário”.

Na avaliação do Presidente da AMATRA 8, o juiz do Trabalho Pedro Tourinho Tupinambá, é muito importante começar o ano com um evento deste porte e com a qualidade dos debatedores, “que são dedicados à questão da reforma e têm se debruçado logo no início dessa discussão no Congresso, além de possuir conteúdo já escrito e doutrinado”.

## Roda de Conversa e Spa Day marcam as comemorações do Dia Internacional da Mulher

A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região – AMATRA 8, em parceria com o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região – TRT 8 e a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Justiça do Trabalho – Sicoob/Credijustra, realizou a Roda de Conversa “Os Desafios das Mulheres em Cargos de Destaque”, no dia 9 de março. O evento ocorreu no auditório do TRT 8 alusivo ao Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março.

Para abordar o empoderamento feminino, foram convidadas quatro mulheres que ocupam cargos de destaque dentro de suas profissões para falar sobre os desafios que enfrentam nas suas jornadas profissional e pessoal. Além dos depoimentos da Desembargadora Sulamir Monassa - Vice-Presidente do TRT 8, Christiane Ferreira - Delegada Geral Adjunta de Polícia Civil e Luanna Tomaz - Vice-Coordenadora do curso de Direito da UFPA, falou também a psicóloga

Rebeca Barbosa que tratou da sobrecarga de tarefas das mulheres na atualidade e suas consequências à saúde psíquica.

Após o evento público, as magistradas associadas da AMATRA 8 participaram do dia de beleza que foi preparado com muito carinho para todas. Um brunch saudável com serviços de esmaltação, massagem para os pés, design de sobrancelhas e dicas de maquiagem. Além do sorteio de muitos prêmios, com a presença VIP da digital influencer Geruza Fonseca.







# Ato público marca mobilização em Defesa da Magistratura e Ministério Público

No TRT 8, em Belém, a mobilização reuniu cerca de 50 magistrados e membros do Ministério Público em defesa das carreiras



A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região (AMATRA8), juntamente com as entidades nacionais, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) promoveram, no dia 15 de março, ato público em defesa da independência, das garantias constitucionais das carreiras, da verdade, da isonomia e da dignidade remuneratória da magistratura e do Ministério Público.

No manifesto assinado por todas as entidades nacionais, o movimento afirma que “as Magistraturas têm o dever de se insurgir e de resistir contra ameaças atentatórias à normalidade institucional, porque comprometem serviços públicos relevantes e essenciais ao exercício da cidadania. Quem resguarda os direitos alheios deve ter seus próprios direitos resguardados”.

O presidente da AMATRA 8, Pedro Tourinho Tupinambá, que presidiu o ato em Belém,

explica que “o fórum trabalhista funcionou durante toda a manhã, mas por recomendação associativa, os magistrados prestaram apenas o pronto atendimento aos casos urgentes que se apresentaram neste dia, como tutelas de urgência e pleitos liminares, as audiências foram adiadas como forma de protesto na maioria das varas trabalhistas e federais”.

Em nota pública, divulgada pelas entidades sobre a mobilização, as associações explicam que os atos serviram para trazer a público, mais uma vez, o fato de que as Magistraturas estão sob ataque insidioso e forte retaliação, agora já não disfarçada, em razão de sua atuação técnica e isenta no cumprimento de suas funções constitucionais. O documento também alerta para propostas legislativas, em tramitação no Congresso, que caminham no sentido de calar, punir e/ou retaliar os agentes de Estado; bem como para a necessidade da recomposição inflacionária dos subsídios de juízes e membros do Ministério Público, prevista na Constituição Federal, já acumulada em mais de 40%.

O juiz federal delegado da AJUFE no Pará, Ilan Presser, deixou claro o objetivo dos membros das carreiras quando falam em dignidade remuneratória e garantias constitucionais. “Queremos uma remuneração digna que recomponha a inflação, pois temos defasagem de 40% desde 2005, e que não se venha colocar uma cortina de fumaça colocando a magistratura e o ministério público como responsáveis por todos os problemas do Brasil, sendo que todas as entidades internacionais reconhecem em nós um papel fundamental no combate à corrupção. A ajuda de custo para moradia é a ponta do iceberg sobre a discussão remuneratória no serviço público. Temos que garantir a unidade de tratamento da Magistratura. E o escalonamento da remuneração no serviço público segundo as complexidades e responsabilidades de cada cargo”, explica Presser.

A mobilização teve atos em seis capitais brasileiras: Belém, Brasília, Salvador, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, com grande repercussão na imprensa.

# AMATRA 8 participa de Oficina para validação do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo

A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região, que tem assento na Comissão Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo (Coetrae), participou da Oficina de Trabalho para a validação do Plano Estadual, respectivo. Organizada pela Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), a oficina foi realizada nos dias 25 e 26 de abril, no Auditório Aloysio Chaves, no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em Belém.

A oficina contou com a participação de diversas instituições governamentais e não governamentais que compõem a Coetrae, além de representações da sociedade civil de diversos municípios do Estado. De acordo com o titular da Sejudh, Michell Durans, o evento é resultado de um esforço que vai servir de meio para avançar no enfrentamento ao trabalho escravo. “Isso é resultado de trabalho, do esforço que foi feito para que o Estado possa ter um instrumento legal para balizar esse enfrentamento ao trabalho escravo. Então esse evento é para que os municípios, através das representações, possam dar validade a esse plano estadual de erradicação ao trabalho análogo a escravidão.”

O coordenador do Programa de Combate ao Trabalho Forçado da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Antônio Carlos ministrou uma palestra com o tema

“Panorama do Trabalho Decente e contexto trabalho escravo no Brasil”. Na ocasião, explicou que a sua abordagem é sobre a situação do trabalho decente no país antes e depois da crise. “Fiz uma abordagem do panorama do trabalho decente no Brasil e também o contexto do trabalho escravo, uma antítese do trabalho decente. Mostrei como o Brasil vinha avançando em termos de diminuição de déficit desse tipo de trabalho, conceitualizando esse termo e também mostrando no âmbito da crise que se inicia no país a partir de 2014, a decadência desse avanço”, detalhou.

O Juiz do Trabalho em Marabá, Jonas Andrade, também participou da oficina em uma roda de debate para falar sobre repressão ao trabalho escravo. Ele considera a iniciativa realizada na região como muito importante e explica que o plano estadual indica um rumo para onde se quer chegar nesse enfrentamento. “O trabalho na região sul e sudeste do Pará é mais do que importante, é necessário pela alta incidência de trabalho escravo. É um enfrentamento que se dá nesse momento e é um processo que tem sido desenvolvido lá há pelo menos sete anos. Nessa oficina estamos aqui para facilitar o diálogo na repressão ao problema. De um modo geral, estamos na oficina de formulação de um plano para o enfrentamento desse tipo de trabalho, onde o Pará infelizmente



te é o campeão nacional. Com o plano sabemos onde queremos chegar.”

A representante da AMATRA 8, a juíza diretora de direitos humanos da Associação, Elinay Melo esteve na oficina. Para ela, a realização do evento é de suma importância para o fortalecimento de parcerias no combate ao trabalho escravo.

## Turma Sobral Pinto comemora Jubileu de Ouro



Fizeram parte da turma de concluintes da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará de 1967, dois magistrados associados e um ex-associado da AMATRA 8.

Os bacharéis da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Pará do ano de 1967, comemoram os seus 50 anos de história. Em dezembro de 2017, a turma denominada Sobral Pinto realizou uma semana de eventos em comemoração ao Jubileu de Ouro, culminando com um jantar dançante no restaurante Beto Salomão.

A turma com 93 alunos vivenciou uma época de grandes transformações no Brasil e no mundo e inspirou alguns bacharéis a seguir carreira na magistratura. Na Justiça do Trabalho, atualmente, representam a turma os magistrados aposentados Odete de Almeida Alves, Haroldo da Gama Alves e Antonino Edson Botelho Cordovil.

Dr. Haroldo e Dr. Antonino são membros fundadores da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 8ª Região – AMATRA 8 e Dr. Haroldo foi o primeiro presidente associativo. Dr. Antonino, atualmente na 15ª Região, foi associado por

vários anos enquanto trabalhou na 8ª Região. Além dele, a Dra. Odete também faz parte da história da Associação, tendo ela participado de diversas gestões. Os associados presentearam a AMATRA 8 com o Livro comemorativo ao Jubileu de Ouro da turma Sobral Pinto.

Para o presidente da AMATRA 8, o juiz do trabalho Pedro Tourinho Tupinambá, o livro serve também para resgatar a memória dos que fazem parte da história da antiga Faculdade de Direito do Largo da Trindade. “Gostaria de cumprimentar toda a turma pela comemoração dos 50 anos de formatura. É um orgulho para nós termos dois representantes no nosso quadro de associados. Este livro vem resgatar a memória da época e as lembranças desses valorosos homens e mulheres que contribuíram para o mundo jurídico paraense”, finalizou.





# AMATRA 8, TRT 8, SEJUDH e SEDUC assinam acordo para desenvolver o Programa TJC temático



No dia 3 de abril, na sala de reuniões da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, foi assinado inédito Acordo de Cooperação Técnica entre a AMATRA 8, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará e a Secretaria de Educação do Pará, por meio do qual serão realizadas ações, entre elas, o programa Trabalho, Justiça e Cidadania – TJC junto às escolas públicas no sentido de ampliar a informação e a conscientização de crianças e adolescentes acerca dos temas sobre o trabalho escravo e o tráfico de pessoas na região

Os temas são de grande relevância para o Estado do Pará, considerando que as condições de trabalho análogas à de escravo e o tráfico de pessoas, são modalidades do crime organizado transnacional que apresenta grande potencial de expansão, sendo o Pará um dos campeões de incidência dessas práticas.

O Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, instituído pela CONATRAE – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, e o Plano Nacional para Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que foi instituído pelo CONATRAP – Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas estabelecem princípios, diretrizes e ações de prevenção ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, bem como formas de atenção às vítimas. Nas palavras do titular da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Michell Durans, “ficamos felizes com a extensão da par-

ceria que já possuímos com o Tribunal do Trabalho e AMATRA 8, porque, nessa nossa empreitada de combater essa questão do trabalho escravo e tráfico de pessoas, muito se fala sobre educação, mas, na prática, é um trabalho desafiador, o que faz desse ato um momento extremamente especial, porque executa uma transversalidade fundamental para irmos juntos no enfrentamento de questões tão complexas como essas.”

A certeza de que o enfrentamento ao trabalho escravo e tráfico de pessoas exige a articulação entre ações de prevenção, repressão e atendimento às vítimas, por meio da mobilização de todos os segmentos da sociedade civil e do poder público, transparece na opinião da coordenadora de ações educacionais complementares da SEDUC, Rosemary Nogueira: “o trabalho que já vem sendo desenvolvido por meio dessa parceria estabelecida com a Secretaria de Justiça e a sua equipe de técnicos possibilitou que nós da Secretaria de Educação tivéssemos a dimensão e a amplitude da importância dessa temática do trabalho escravo, do tráfico de pessoas, do trabalho infantil. Hoje já conseguimos identificar a ocorrência dessas situações para mobilização da rede de atendimento, com programas que atendam esse público de vulnerabilidade social. Entendo essa parceria com o TRT8 e com a AMATRA 8 como um momento de amadurecimento da nossa equipe, que representa crescimen-

to técnico e pessoal de todos os envolvidos”.

Para o presidente da AMATRA 8, juiz do trabalho Pedro Tourinho Tupinambá, “este é um momento importante, porque se amplia as ações realizadas em conjunto pelas instituições signatárias em busca da erradicação do trabalho escravo e do tráfico de pessoas. É também um passo fundamental para a aplicação do Programa TJC que trabalha a educação como um caminho para a garantia da cidadania através da conscientização de seus direitos”.

Encerrando a cerimônia, a presidente do TRT8, desembargadora Suzy Koury, disse que “esse não é o momento de assinatura de mais um documento, mas sim a sedimentação de um trabalho constante que vem sendo desenvolvido pelos gestores anteriores que estiveram à frente de nossas instituições”. Tratando da forma com que será efetivado o documento, a presidente do TRT8 acrescentou que “o desenvolvimento só será garantido quando a educação e o conhecimento estiverem garantidos em toda a sociedade. Então a capilaridade da SEDUC é fundamental para a abertura de portas para que possamos passar esse conhecimento sobre direitos aos alunos, aos pais, a todos os que integram a comunidade escolar”.

Com informações da Ascom do TRT 8

## Coetrae define texto do Plano Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo no Pará

Foi durante a última reunião da Comissão Estadual de Erradicação ao Trabalho Escravo – COETRAE-PA, realizada na sede da AMATRA 8, no dia 29 de maio, que os representantes das entidades componentes da Comissão, aprovaram a redação final do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo do Pará – PEETE-PA.

O juiz do trabalho Pedro Tourinho Tupinambá, Presidente da AMATRA 8, entidade que tem assento na Coetrae, falou da importância em se consolidar uma ferramenta efeti-

va como a política pública de enfrentamento ao Trabalho Escravo, que será decorrente do Plano. “A aprovação do texto foi de grande importância para que sejam implementadas as medidas necessárias de enfrentamento a esse tipo de exploração de mão-de-obra que infelizmente ainda persiste no Brasil e em nosso Estado”, comentou.

O Plano agora segue para sua tramitação administrativa pelas secretarias estaduais até a sanção do Governador e deverá ter o funcionamento de quatro anos.

